



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FRANCISCA PEREIRA ARAÚJO

**COTIDIANO DE TRABALHADORES NEGROS
NOS MUNDOS DO TRABALHO EM CAMPINA
GRANDE-PB (1945-1964)**

CAMPINA GRANDE - PB
2011

FRANCISCA PEREIRA ARAUJO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduada.

Orientadora: Prof^a Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Campina Grande – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A663 Araújo, Francisca Pereira

Cotidiano de trabalhadores negros nos mundos do trabalho em Campina Grande-PB (1945-1964) [manuscrito] / Francisca Pereira Araújo. – 2011.

56 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)

– Universidade Estadual da Paraíba, CEDUC, 2011.

“Orientação: Prof^a. Profa. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão Araújo, Departamento de História e Geografia”.

1. Trabalhadores negros. 2. Mundos do trabalho.
3. Campina Grande. I. Título.

21. ed. CDD 981

FRANCISCA PEREIRA ARAÚJO

**COTIDIANO DE TRABALHADORES NEGROS NOS
MUNDOS DO TRABALHO EM CAMPINA GRANDE-PB (1945-
1964)**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em História da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de
graduada.

Aprovada em 28/11/2011.



Profª Drª Patrícia Cristina de Aragão Araújo /UEPB
(Orientadora)



Profª Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo /UEPB
(Examinadora)



Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima /UFCG
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me guiado até aqui, ajudando-me a vencer todos os obstáculos para concretizar esse sonho agora tornado realidade.

À professora Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pelo seu incondicional apoio a essa pesquisa.

Aos trabalhadores negros que nos expuseram suas experiências e vivências, nos cedendo o direito de utilizá-las na nossa pesquisa.

Ao meu pai Enoque (*in memoriam*) e minha mãe Anatilde, pelo incentivo. Ao meu marido Reno e aos meus filhos Ráfia, Renara e Reno Filho pela paciência em suportar meus períodos de ausência quando foi necessário dedicação ao estudo e à pesquisa.

Aos meus colegas de sala — Inácio, Gildivan, Gilmara, Fernanda, João Batista, Josenildo, Andréa, Regina, Luzinete, Suelen, Natyara, Claudivan, Aragão, Luís e Renato — pelas trocas de experiências acadêmicas e de vida, pois certamente aprendi muito com cada um deles.

À Prof^a Ms. Maria José Oliveira, diretora do departamento do curso de Licenciatura Plena em História, à Prof^a Dra. Auricélia Lopes, coordenadora do curso e Prof^a Dra. Maria do Socorro Cipriano, minha orientadora em projetos de pesquisa (Pibic e Propesq).

Aos professores do Curso de Licenciatura Plena em História da UEPB, que contribuíram direta ou indiretamente, por meio dos componentes curriculares e sugestões, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, especialmente à Secretária Maria do Socorro Morais Amorim, pela presteza no atendimento sempre que necessário.

E finalmente, à Prof^a Ms. Martha Lúcia Ribeiro Araújo e ao Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima pela gentileza em aceitarem o convite para fazer parte da banca examinadora e pelas valiosas sugestões.

Fui ver pretos na cidade
Que quisessem se alugar
Falei com esta humildade:
— Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de soslaio,
E um deles, feio, cambaio,
Respondeu-me arfando o peito:
— Negro, não há mais não:
Nós tudo hoje é cidadão.
O branco que vá pro eito.
(O Monitor Campista, 23 de março de 1888).

RESUMO

O presente trabalho evidencia o cotidiano de trabalhadores negros nos mundos do trabalho em Campina Grande, no período compreendido entre 1945 e 1964, traçando um perfil de suas trajetórias de vida no contexto da cidade. Nossa proposta é verificar os caminhos e/ou descaminhos tomados por trabalhadores negros campinenses no pós-abolição, notabilizando seus agenciamentos dentro/fora dos ambientes de trabalho, abordando como a partir de suas experiências, eles elaboravam suas práticas de sobrevivência especialmente no período contemplado para estudo. Utilizamos-nos como aporte teórico que nos serviu de arcabouço para delineamento desta pesquisa, os trabalhos desenvolvidos por Thompson (1987; 1988), Hobsbawm (1987), Arendt (2010), Heller (1985), Halbwachs (2006), Bosi (1994) e Alberti (2010). A história oral foi a abordagem metodológica que nos orientou na elaboração deste estudo, em que utilizamos a técnica da entrevista a partir da história de vida, em articulação com outras fontes como jornais para que pudéssemos perscrutar o nosso objeto de estudo. Os resultados nos permitiram compreender que esses homens e mulheres negros, em suas relações trabalhistas, elaboravam formas de sobrevivência no espaço urbano campinense, agenciando a partir dele seus modos e formas de estabelecer articulação com os mundos do trabalho. Ao reconstruir a experiência histórica desses homens e mulheres negros evidenciamos mesmo que sucintamente, a multiplicidade das experiências de ser trabalhador negro em Campina Grande em meados do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores negros. Mundos do trabalho. Campina Grande.

ABSTRACT

This work shows the daily lives of black workers in the worlds of work in Campina Grande, in the period between 1945 and 1964, establishing a profile of their life trajectories in the context of the city. Our proposal is to check the paths and / or detours taken by black workers in the post-abolition Campinense, their assemblages distinguished themselves in / out of the workplace, addressing how from their experiences, they drew up their practices to survive especially in the period contemplated for the study. We make use of as a theoretical approach that provided the framework for the design of this research, the work by Thompson (1987, 1988), Hobsbawm (1987), Arendt (2010), Heller (1985), Halbwachs (2006), Bosi (1994) and Alberti (2010). Oral history was the methodological approach that has guided us in preparing this study; we use the technique of the interview from the history of life, in conjunction with other sources such as newspapers so we could peer into the object of our study. The results allowed us to understand that these black men and women in their labor relations, elaborated ways of survival in urban Campinense, touting him from his ways and ways to establish links with the worlds of work. By reconstructing the historical experience of black men and women observed even briefly, the multiplicity of experiences of being black worker in Campina Grande in mid-twentieth century.

KEYWORDS: Black workers. Worlds of work. Campina Grande.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A CIDADE E SEUS ESPAÇOS: EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES NEGROS.....	25
Considerações sobre trabalhadores negros e a historiografia da cidade campinense	26
Cotidiano de trabalhadores negros: das formas de agenciamentos às vivências experienciais no pós-abolição	31
3 MEMÓRIAS DE IDOSOS: VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE TRABALHADORES NEGROS NOS MUNDOS DO TRABALHO.....	37
Memórias de idosos: trabalhadores negros no cotidiano da cidade	38
Negros entre o trabalho e o lar, sentidos e histórias.....	45
4 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE (S)	54
ANEXO (S).....	57

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi sendo gestado desde o primeiro ano na Universidade, onde durante uma aula do Prof. Jomar Ricardo Silva, do componente curricular Metodologia Científica, disse que não somos nós que achamos o objeto de pesquisa, ele é que nos acha. Concordo com o professor, a Academia necessita de História, mas também de poesia e de leveza.

Outro docente, neste mesmo período, o Prof. Marcelo Eufrásio, comentou que na Academia temos encontros felizes. Numa de suas aulas nos incitou a pesquisar sobre a história de nossa cidade. A princípio achei que já havia inúmeras pesquisas na área, mas mudei de idéia ao ouvir o Prof. Luciano Mendonça de Lima (UFCG) dizer que a História de Campina Grande ainda está por ser contada.

Confesso que me senti desafiada e aceitei o desafio de desvendar ao menos uma pequena parcela dessa história tão instigante. Pouco tempo depois assisti a uma palestra ministrada pela Prof^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo. Ela versava sobre o trabalho infantil e ao final lançou um apelo para que os discentes presentes pesquisassem sobre o tema *trabalho*.

Outro fator que influenciou na construção do objeto desta investigação foi a comemoração dos 120 anos da Abolição, onde a temática negra foi amplamente discutida. Produzimos um artigo sobre trabalhadores negros em nossa cidade e o caminho desta pesquisa foi sendo traçado: história local, mundos do trabalho e a questão da negritude articularam-se perfeitamente bem. Portanto, nosso trabalho é resultado desses encontros felizes, de luzes acesas pelos falares dos docentes em cada componente curricular ministrado no decorrer do curso.

As questões orientadoras da nossa pesquisa nos levaram a investigar de que modo o mundo do trabalho na cidade de Campina Grande¹ recepcionou no seu cotidiano o trabalho de negros no pós-abolição (meados do século XX). E

¹ A cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, situa-se no Agreste da Borborema e dista 122 km de João Pessoa, capital do Estado. O maior destaque da cidade é a de ser, por sua posição geográfica privilegiada, um importante entreposto comercial; inicialmente dos tropeiros, de venda de gado e produtos agrícolas, com destaque para a comercialização, em grande escala, interna e externa do algodão, até fins da década de 30. Atualmente se diferencia principalmente nos setores: educacional — possui várias universidades, sendo uma Federal, a UFCG, uma Estadual, a UEPB e várias particulares —; e tecnológico — na produção de tecnologia de ponta, através de seu Parque Tecnológico.

como era esse cotidiano e as experiências trabalhistas e culturais desses negros na cidade campinense, num momento onde não havia mais escravidão.

Este estudo tem como objetivo geral evidenciar o cotidiano de trabalhadores negros nos mundos do trabalho, traçando um perfil de sua trajetória de vida no contexto da cidade. Ele nos despertou reflexões sobre as formas de sobrevivência dos negros no pós-abolição, tendo como recorte espacial a cidade de Campina Grande no período compreendido entre 1945 e 1964.

A escolha desse recorte temporal se justifica porque foi um período de auge da cidade. Esta passava por uma efervescência política, desenvolvimento urbano, social e econômico e muito se falou sobre a modernização, os emblemas do moderno, a urbanização, mas poucos estudos se voltaram para esse segmento do social. Neste sentido, a cultura oficial praticamente reduz a história do negro à escravidão. Abolindo-se a escravidão, o foco das atenções é deslocado para temas como industrialização, urbanização e a modernização.

Nosso trabalho se propõe a alcançar três objetivos específicos:

- 1- Traçar um painel da cidade campinense no recorte temporal em estudo, destacando os espaços de trabalho, de sociabilidade e cultura de negros na cidade;
- 2- Analisar a partir de relatos orais a vida de trabalhadores — homens e mulheres negros — evidenciando suas experiências e vivências no contexto da cidade, elaborados a partir da interface da História oral;
- 3- Discutir através dos relatos de memória como os trabalhadores negros eram percebidos e se percebiam nos mundos do trabalho no período proposto para estudo.

A nossa proposta foi pensar o cotidiano destes trabalhadores negros campinenses e assim, adensar as discussões no sentido de melhor compreendermos o cotidiano de suas experiências trabalhistas por meio dos indícios que nos foram deixados, bem como as possíveis alternativas que eles tiveram para desenvolver métodos de sobrevivência.

Quem eram essas pessoas, quais os postos de trabalho que ocupavam na época e também se houve discriminação étnico-racial em relação a estes trabalhadores negros de nossa pesquisa. Ainda averiguar se encontraram dificuldades na construção de sua cidadania, como vivenciaram suas experiências trabalhistas na cidade e como a partir delas, percebem suas condições naquela

época a partir de seus olhares no tempo presente, recuperando suas memórias e vivências através de suas narrativas.

Assim, fomos atraídos pelas experiências e pelas histórias dos trabalhadores negros campinenses através de relatos fornecidos por negros e não negros que aqui chegaram e presenciaram cenas da cidade, no período proposto para estudo e cujas narrativas nos permitem preencher algumas lacunas que estão abertas na história dos negros campinenses, a partir da perspectiva das experiências de trabalho.

Buscamos-los em diferentes dimensões de sujeitos sociais e acabamos por encontrá-los em um ambiente de múltiplos conflitos e tensões, promovidos pelas transformações praticadas em nome de um crescimento urbano.

Através de nosso trabalho, pretendemos identificar as relações de trabalho de homens e mulheres negros na fase do pós-abolição (1945-1964) na chamada *Capital do Trabalho*², desconstruindo possíveis mitos em relação ao povo negro.

Promover uma abordagem realista, crítica, mas sensível; que resulte numa reflexão sobre a legitimidade da luta em prol da causa negra, visto que vivenciaram e vivenciam ainda historicamente altos índices de desigualdade de condições socioeconômicas.

Percebemos que o debate sobre temas ligados à negritude no mundo do trabalho no pós-abolição, tem apresentado lacunas na historiografia campinense. Deste modo, a nossa proposta é preencher parte desses espaços vazios, que do ponto de vista acadêmico ainda não foram plenamente trabalhados.

Creemos na originalidade do nosso texto, tendo em vista que pesquisamos entre os trabalhos acadêmicos elaborados sobre negros em Campina Grande relacionados ao contexto do mundo do trabalho no período proposto para estudo. Nesse sentido, nossa proposta se encaminha em trazer novas discussões à historiografia campinense nas perspectivas étnico-racial e trabalhista.

Assim, a investigação histórica sobre negros nesta cidade, na perspectiva a que propomos é desafiadora, haja vista que na escrita da historiografia campinense acreditamos serem poucos os trabalhos ou pesquisas que voltaram seus olhares sobre o trabalhador negro em Campina Grande.

² Quando dizemos *Capital do Trabalho* estamos nos referindo à cidade de Campina Grande-PB, devido ao seu caráter comercial e empreendedor.

Nossa pesquisa pretende verificar quais caminhos ou descaminhos foram tomados pelos negros nos mundos do trabalho campinense após serem *livres*. Apesar de haver muitos escritos sobre homens e mulheres negros, ainda há silêncios sobre as histórias desses negros enquanto trabalhadores.

Investigaremos de que modo o mundo do trabalho campinense recepcionou no cotidiano da cidade o trabalho de negros neste recorte temporal. É sabido que durante o século XX, esses trabalhadores deixaram rastros de memória sinalizadores de experiências da liberdade, relações de trabalho e práticas de luta para sobreviver num país estranho com costumes diferentes.

Após a abolição da escravatura, os negros tiveram de enfrentar o problema do ingresso no mercado de trabalho livre. Pensar em pós-abolição no nosso país é pensar em uma realidade muito próxima. Basta lembrar que as pessoas mais velhas de nosso tempo conviveram com ex-escravizados negros, inclusive um dos nossos entrevistados é neto de escravos.

Os nossos entrevistados são negros e não negros na faixa etária entre 62 e 97 anos — quatro homens e duas mulheres — cujo grau de escolaridade vai desde o analfabeto até o ensino superior com pós-graduação (mestrado). A profissão dessas pessoas transita entre as funções de pedreiro, agricultora/tecelã, enfermeira, comerciante, motorista e advogado/professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba, onde leciona o componente curricular *Direito do Trabalho*.

Ao realizarmos esse estudo, pretendemos contribuir para a historiografia local. No que se refere à linha de pesquisa *Cultura Afro-brasileira e Indígena*, nossa proposta vem ampliar as discussões sobre a temática dos trabalhadores negros na cidade campinense e desse modo para os estudos históricos desenvolvidos no curso.

Passados mais de 120 anos desde a *libertação* dos escravizados no Brasil, somos levados mais ainda a refletir sobre o período pós-abolição em Campina Grande. Os negros eram incluídos ou excluídos socialmente do mundo do trabalho? E quando incluídos, quais eram os espaços ocupados por eles, qual a relevância desses trabalhadores na contextura da História no âmbito das modificações que estavam acontecendo na cidade campinense no período recortado para análise?

O passar do tempo só fez desenvolver o trabalho do historiador, incorporando novos elementos de pesquisa, novas fontes, novas metodologias e

novas formas de se escrever. Foi no século XX que surgiram as maiores inovações nas metodologias da História, pois no decorrer do tempo o trabalho realizado pelo historiador ampliou, sobretudo, no que se relaciona ao uso das fontes, as abordagens e os focos no *corpus* a ser pesquisado.

De acordo com Burke (1992) a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o *paradigma* tradicional e que começou a se interessar por toda a atividade humana. Dentro destes aportes, os estudos sobre cidades têm sido um dos focos inspiradores da História Social e da História Cultural, consistindo num alargamento do olhar historiográfico, dos campos temáticos, da concepção de fonte e do trabalho com grupos sociais e suas experiências.

Este trabalho se situa no campo da História social e no contexto desse campo historiográfico pretendemos mostrar a inserção ou não de homens e mulheres negros no mundo do trabalho em Campina Grande. Para isso, desejamos desvendar como nesse momento da História social e cultural brasileira, se pensava o lugar social de negros no mundo do trabalho.

A História Social é mais um gênero que ganhou muita notoriedade e espaço entre os historiadores. Novas formas de encarar a História revelaram um passado bem mais rico em detalhes. Nesse sentido, Castro (1997, p. 89-90) nos esclarece que:

Frente à multiplicação de objetos e abordagens, a partir das temáticas clássicas em história social, não me parece mais factível caracterizá-la como especialidade da disciplina histórica. A história social mantém, entretanto, seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos — sociais — na explicação histórica.

Os historiadores sociais contribuem para uma ampliação do conceito de fontes e multiplicação dos objetos de pesquisa. A História social como campo historiográfico

[...] É voltada, fundamentalmente, para o estudo da história do Brasil na perspectiva da experiência dos trabalhadores: dos trabalhadores escravos, dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores em geral. [...] Então, desde o início, a história social, longe de ser única e exclusivamente uma área voltada para qualquer tipo de história confirmadora das visões tradicionais da História do Brasil, é uma área que visa produzir um conhecimento científico de uma perspectiva crítica em relação às versões tradicionais da historiografia (CHALHOUB, 2005, p. 1).

Podemos ver através de Chalhoub (2005) como a História social alargou as possibilidades de estudar a História social da cultura, como também a História social do trabalho nessa perspectiva que focamos nossa análise. Buscando problematizar o lugar social de pessoas negras no mundo do trabalho em Campina Grande, encaminhamos nossa pesquisa numa vertente Thompsoniana onde procuramos mostrar quais eram as experiências, os agenciamentos, as lutas desses negros para serem reconhecidos no mundo do trabalho.

Trabalhamos a partir de Thompson (1987) utilizando a categoria experiência para mostrar as experiências de vida desses trabalhadores e como no cotidiano eles conseguiram através das suas práticas, suas lutas, subverter preconceitos construídos histórica e socialmente para negros. A categoria experiência de Thompson (1987) vai nos servir para entendermos o contexto do mundo do trabalho a partir do cotidiano vivenciado por pessoas negras.

Assim, esse autor em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa* trata da experiência social de sujeitos operários no mundo do trabalho. Partindo dessa assertiva, utilizamos essa categoria thompsoniana para visibilizar a trajetória e o lugar de negros no contexto da sociedade campinense a partir dos espaços trabalhistas. Neste sentido, nos aportamos em Thompson (1987, p. 10) quando afirma que:

[...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.

Para o autor, a existência palpável de uma classe evidencia-se pela identidade de interesses e valores, compartilhados por indivíduos segundo uma experiência em comum, que se contrapõem a interesses e valores de outros indivíduos que partilham uma experiência diversa e que, de modo análogo, constituem uma classe antagônica.

Um indicador da teoria thompsoniana é noção de experiência que o autor ressalta. A experiência – termo ausente no marxismo ortodoxo – permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história. Esta é feita por agentes

efetivos e não uma história em que predomina estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas *herdadas ou partilhadas* e de lutas das pessoas que contribuem para seu *fazer-se*.

O historiador inglês evidenciou o conceito de agenciar humano apreendendo os trabalhadores como sujeitos de sua história, daí ele se preocupar com as experiências efetivas dos trabalhadores ingleses, não sendo estes receptores inativos de determinações de outra classe que os considera inferiores.

Nesse sentido, a classe é uma experiência ou experiências vividas pelas pessoas, que as fazem membros participantes da classe: —A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram [...]. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais□ (THOMPSON, 1987, p.10).

Essas narrativas acerca da opressão de seres humanos no seu mundo do trabalho, aniquilando seus modos de vida, mostram como os trabalhadores das fábricas vão construindo uma identidade entre si e nestas lutas comuns vão elaborando uma consciência de classe a partir de suas experiências.

Podemos dizer que Thompson (1987) realizou sua abordagem no campo da História Social baseando-se numa pesquisa empírica em fontes diversas, tais como jornais, panfletos, livros de atas etc. Nesse sentido,

Num contexto intelectual paralelo, profundamente influenciado pelo interesse no estudo da cultura popular e operária, houve o desenvolvimento dos trabalhos de Edward P. Thompson e dos historiadores marxistas ingleses com a reformulação de conceitos clássicos, como o de classe social a partir da valorização de noções como a de experiência, enfatizando estudos sobre costumes, alavancando o desenvolvimento da História Social (SANTOS, 2005, p. 2-3).

Em sua narrativa, repensou o marxismo especialmente em seus silêncios, trazendo certas rupturas com o modelo marxista dos seus antecessores. Ao considerar as classes como um processo em formação, um *fazer-se*, percebe-se a importância atribuída ao conceito de experiência. No processo de formação social, a experiência humana tem papel central, ela é gerada na vida material e estruturada em termos de classe.

De acordo com Thompson (1987) a experiência surge espontaneamente no ser social porque homens e mulheres — e não apenas filósofos — são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.

Uma importante inovação, trazida por esta historiografia marxista inglesa, foi a valorização do conceito de *cultura* para as análises inspiradas no *materialismo histórico*. Esta introdução possibilita compreender formas diversas e complexas de como os trabalhadores exprimem suas experiências coletivas, como também as maneiras múltiplas de transgressões e de lutas.

Thompson (1998, p.17), um dos principais expoentes desta vertente inglesa traz a seguinte análise:

[...] Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa — por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante — assume a forma de um *sistema*. E na verdade o próprio termo *cultura*, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

Percebe-se que Thompson (1998) não apreendia cultura como um componente da superestrutura e mero reflexo do nível econômico. Muito menos numa perspectiva de *passividade* das classes populares, supostamente, presas às armadilhas da ideologia dos dominadores.

Thompson pensava cultura como algo dinâmico, como resistência e por isso chamava atenção aos agenciamentos dos trabalhadores em suas experiências cotidianas e a dimensionalidade desta ação.

Ele fortaleceu as perspectivas da História Social Inglesa, paradigma historiográfico que emergiu nos idos de 1950/60 com os historiadores de tradição marxista. As obras de E. P. Thompson trouxeram, para a historiografia social recente, a opção em se buscar trabalhadores não caracterizados por militâncias ou inseridos em movimentos organizados. Nesse sentido

[...] estudos como os de E. P. Thompson, que trouxeram luzes sobre o que poderíamos chamar de uma *cultura de resistência*, em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência (MATOS, 2002, p. 23, grifo da autora).

Buscamos os sujeitos da nossa pesquisa na cidade campinense e sua importância enquanto seres sociais ativos, que impregnaram os bairros, as ruas, as avenidas com modos de vida particularizados. Contribuindo com o *fazer-se* da cidade e, ao mesmo tempo, em que *fazem-se* enquanto trabalhadores e moradores urbanos.

No campo da história do movimento operário, a contribuição de Hobsbawm (1987) é fundamental. Ao apontar que essa história tendera a identificar classes operárias com movimento operário, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos, abriu caminho para os trabalhos preocupados em estudar a classe operária sem reduzi-la às suas lideranças ou às suas expressões organizadas (sindicatos ou partidos). Nesse sentido, Hobsbawm (1987, p. 273) coloca que [...] As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar□.

Podemos dizer que o trabalho se constitui no esforço do ser humano para sobreviver, trabalho é meio de sobrevivência. Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência e pela conquista da dignidade, o mundo do trabalho tem sido vital. Concordamos com Matos (2002, p. 50) quando coloca que

[...] A experiência histórica do trabalho unifica, qualifica e surge como elemento capaz de lhes conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência. [...] Discutir as questões do cotidiano nos leva, necessariamente, à experiência do trabalho.

Na história do trabalho, a formação e o desenvolvimento das classes trabalhadoras entre o final do século XVIII e meados do século XX, percebe-se especialmente a forma como as organizações políticas e idéias do movimento operário se arraigaram no seu cotidiano:

Ficou historicamente comprovado que é difícil contestar e impedir a consciência de classe, já que ela surge natural e logicamente da condição proletária, pelo menos na forma elementar de *consciência sindical*, isto é, o reconhecimento de que os trabalhadores como tais precisam organizar-se coletivamente contra os empregadores, a fim de defender e melhorar suas condições como operários assalariados [...] (HOBSBAWM, 1987, p. 88).

O mundo do trabalho foi tecido de acordo com as necessidades do sistema capitalista, ou seja, à medida que avançava a industrialização, que se alteravam

as estruturas socioeconômicas e que se impulsionava o desenvolvimento tecnológico. Foi se constituindo também de acordo com as lutas sociais, à medida que surgiam novas estratégias de ação sindical, que se definiam novos mecanismos de participação política, que era concebida uma cultura operária em oposição à cultura burguesa.

Ao longo do século XIX e do século XX, este amplo conjunto de práticas sociais e discursos ideológicos foi se transformando e se diferenciando, inclusive nos vários espaços nacionais. Por isso, Hobsbawm (1987) escreve no plural, *mundos do trabalho*. Com relação à história social do trabalho, Castro (1997, p. 94) nos mostra que:

[...] a história social do trabalho, solidamente organizada como especialidade desde a década de 1960, mantém um perfil mais claramente diferenciado, contemplando temas como o movimento operário e sindical, suas relações com o Estado, com as massas trabalhadoras e com o ambiente urbano, o cotidiano operário e o controle social nas fábricas e fora delas, colocando-se como questão o próprio processo histórico de construção de uma identidade operária, não mais entendido como consequência automática do processo de industrialização.

A história da classe trabalhadora é maior e mais complexa do que a história das ideologias, dos sindicatos, dos partidos e de suas lutas. Em consequência, deslocava-se o foco tanto das cúpulas dirigentes como da militância (bem como de seu discurso *político* articulado) para lançá-lo sobre outras bases: os *despolitizados*, os *comuns*. Nesse sentido:

Estudos sobre os mundos do trabalho permanecem sob o desafio da urgência de dar conta de sentimentos e aspectos além do processo de trabalho e da revolta contra a exploração. Não precisam se livrar de sindicatos, lideranças ou partidos, mas carecem de reconhecer e refletir sobre aquilo que acaba sendo minimizado. O que não é pouco. (GOMES; NEGRO, 2006, p. 222).

A história da classe operária deixa de ser uma expressão abstrata para tornar-se a história da experiência vivida por homens e mulheres reais. A classe trabalhadora era diferente da que existe nos tempos atuais, Antunes (2004, p. 336) coloca que —[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho — a classe-que-vive-do-trabalho e que são despossuídos dos meios de produção□.

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como vital para a vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

Quando se pensa, portanto, na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse caráter heterogêneo e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora: os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados. Antunes (2008, p. 14) nos mostra que:

O que nos obriga a elaborar uma concepção ampliada de trabalho, que engloba a totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, mas incluindo também o enorme leque que compreende aqueles que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

É necessário ressaltar que o século XX foi um período marcado por grandes transformações mundiais, avanços e descobertas científicas. No contexto da sociedade brasileira, especificamente em nossa cidade, essas mudanças vão refletir no trabalho.

No entanto, às vezes o trabalho é algo penoso, forçado, um esforço obrigatório, pouco reconfortante. Isso pode ser percebido na origem da palavra trabalho, que vem do latim *tripallium*³. Albornoz (2002, p. 8-9) esclarece que:

Em quase todas as línguas da cultura européia, trabalhar tem mais de uma significação. O grego tem uma palavra para fabricação e outra para esforço, oposto a ócio; por outro lado, também apresenta pena, que é próxima da fadiga. O latim distingue entre *laborare*, a ação de *labor*, e *operare*, o verbo que corresponde a *opus*, obra [...]. Em português, apesar de haver *labor* e *trabalho*, é possível achar na mesma palavra *trabalho* ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável.

A participação no trabalho, entendido como ação criativa, construtiva, mantenedora e transformadora de todas as dimensões da cultura humana, é a

³ Instrumento com o qual se castigavam os escravos durante o Império Romano.

condição básica ao exercício da cidadania; pois o trabalho é que cria os modos e as condições de vida de cada cidade.

O trabalho é a característica fundamental da cidade, pois as cidades são construídas a partir do trabalho constante e ininterrupto das longas cadeias de gerações de mulheres e homens. O trabalhar adquiriu significações mais amplas. A dignidade, o reconhecimento enquanto pertencente à sociedade, a possibilidade de alimentar os filhos pelo esforço, possibilitaram uma defesa do valor e do direito ao trabalho.

Mas ao trabalho associamos a transformação da natureza em produtos ou serviços, portanto em elementos de cultura. O trabalho é desse modo, o esforço realizado, e também a capacidade de reflexão, criação e coordenação. Ele deve ser compreendido, como ponto de partida, como uma atividade vital do ser humano.

Não há nenhum relato de culturas humanas que tenham existido sem trabalho. Assim, esse fazer humano é uma das atividades humanas fundamentais, rica e cheia de caminhos e descaminhos, alternativas e desafios, avanços e recuos. Nesse sentido:

O trabalho é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida (ARENDDT, 2010, p. 8).

E prossegue colocando que —[...] O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie□ (ARENDDT, 2010, p. 10). Neste sentido, o trabalho é um atributo exclusivamente humano. Somente o ser humano, em interação com a natureza, é capaz de criar e imprimir à atividade que executa uma intencionalidade.

Nos anos 1950, Arendt (2010) já alertava para o ameaçador advento da automação, que poderia finalmente libertar a humanidade do seu fardo mais antigo e mais natural, ou seja, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade.

Porém, esta revolta contra o trabalho, este desejo de liberação de suas fadigas e penas se dá apenas na aparência, uma vez que a modernidade só fez exaltar o trabalho – principalmente o trabalho assalariado –, transformando efetivamente toda a sociedade em uma sociedade salarial. O trabalho continua

sendo o modo dominante de inserção social, ainda que não seja um trabalho regulado e legalizado pelo Estado.

Neste sentido, devemos recordar que nem sempre o trabalho teve um lugar central na sociedade. Esta atividade já foi considerada menor, relegada a escravos, porém sua concepção moderna, a do trabalho assalariado, a promoveu e conduziu ao eixo central da sociedade. Com seu trabalho, homens e mulheres transformam a natureza para conseguir sustento e bem-estar, criando entre as pessoas as relações sociais que marcam o cotidiano. Nesse sentido:

A expansão dos estudos sobre o cotidiano na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos. Poderíamos dizer que, por razões internas e externas, os estudos históricos do cotidiano emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, que requeria uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa (MATOS, 2002, p. 21).

Dispomo-nos a trabalhar com o cotidiano de homens e mulheres negros campinenses, já que o mesmo passou a ser encarado como uma possibilidade de recuperação de outras experiências. Ocorre um interesse crescente dos pesquisadores pelas chamadas questões do dia-a-dia, pelos assuntos mais usuais que compõem os acontecimentos diários da vida.

O cotidiano está inserido na dinâmica das transformações, portanto, este não é um espaço separado da vida, onde se age mecanicamente sem nenhum significado ou influência. Trata-se de um lugar, assim como o político ou econômico, cheio de significados sociais.

Para Heller (1985) —No cotidiano coloca-se em funcionamento todos os sentidos da vida humana, todas as capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, idéias e interesses. A vida cotidiana é a vida do homem inteiro□.

Ademais, os egressos da escravidão e seus descendentes campinenses constituíram suas experiências de vida, luta e trabalho nessa localidade, buscando garantir condições dignas de sobrevivência.

Após a abolição da escravidão, durante o século XX, os negros do Novo Mundo enfrentaram uma série de dilemas para reconstruírem sua cidadania. Além disso, sua condição anterior de cativos não lhes dava condições de competir em igualdade com a população branca na ordem capitalista.

Quando vamos utilizar as memórias de pessoas na reelaboração da história de trabalhadores negros, torna-se relevante mencionar que a memória sempre foi considerada uma das bases da compreensão humana. A memória é uma construção feita no presente a partir de vivências e experiências ocorridas no passado.

Sabemos que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro e como se transformam na passagem do tempo, sabendo-se que elas são maleáveis.

Utilizamos a categoria memória a partir de Halbwachs (2006), para entender como no conjunto da memória coletiva de negros e não negros — nossos entrevistados — percebiam e se percebiam no mundo do trabalho. Nesse sentido

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2006, p. 41).

Desta forma nos apropriamos da memória coletiva para mostrar como a memória coletiva desses idosos no conjunto de suas lembranças e relembrações são elementos fundamentais para que possamos compreender suas vivências e experiências no mundo do trabalho campinense. Também para discutir como no cômputo da memória desses idosos, coletivamente, eles narram, falam do mundo do trabalho.

A memória pode ser encarada como uma representação do seu tempo, quando o sujeito evoca o passado vivido, no instante de sua enunciação, ou seja, o momento sempre dado no tempo presente do registro. Essa produção de narrativas orais desenha o trabalho de negros em Campina Grande, tendo por base relatos de pessoas idosas negras e não negras que aqui viveram e nos falaram de suas vivências e ainda de seus parentes e conhecidos.

Utilizamos Bosi (1994) que, no campo da Psicologia Social, fez uso das lembranças de idosos para, a partir dessas memórias, fazer a tessitura de suas experiências coletivas. Abordamos assim as questões relativas às memórias,

visto que trabalhamos com memórias de idosos e as ressignificações dessas memórias no campo do trabalho.

As memórias de idosos no nosso trabalho se constituíram na pedra de toque da nossa análise porque foi através das memórias de idosos que obtivemos subsídios para entendermos o contexto do mundo do trabalho em Campina Grande vivenciado por negros nesse período.

As suas narrativas, os seus falares, o seu texto oral, ou seja, a sua forma de narrar, foram importantíssimas para compreendermos nosso objeto de estudo e assimilarmos como se deu a inserção ou não desses trabalhadores negros no mercado de trabalho campinense.

Em Bosi (1994) mostramos como a memória de idosos é significativa na ressignificação da história pela oralidade. Ela ressalta a importância de valorizar esse olhar para o passado, um olhar que observa que tudo o que se passou é parte importante na formação do presente.

Tendo em vista que a memória é artífice da História no que se refere à memória de idosos, podemos compreendê-la como significativa numa pesquisa histórica com narrativa oral, uma vez que a interpretação das pessoas idosas sobre um dado contexto e uma dada realidade contribui no entendimento de acontecimentos históricos que fazem parte da história de um lugar. Matos (2002, p. 32-33) coloca que

As transformações da contemporaneidade, entre outras questões, têm levado os historiadores a se debruçar sobre os estudos da memória, que por sua vez vêm causando impactos na disciplina história, ampliando as inquietações sobre o cotidiano e favorecendo as pesquisas que contemplam a abordagem do urbano.

No nosso texto ela adquire uma importância fundamental, visto que nos ancoramos nas visões, interpretações e falas de idosos através de relatos de memória para visualizarmos as histórias de vidas de negros nos mundos do trabalho no espaço urbano campinense.

Escolhemos esse tema para abordagem em nossa pesquisa devido à relevância deste para os estudos sobre a negritude. Quando mencionamos negros⁴, nos reportamos não somente à cor da pele, mas também à ascendência

⁴ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2008, os entrevistados, 96% afirmam saber a própria cor ou raça. As cinco categorias de classificação (branca, preta, parda, amarela e indígena), além dos termos -morena□ e -negra□, foram utilizadas pelos

africana. Quanto à questão da negritude, Silveira (2010, p. 129) amplia a nossa compreensão nos mostrando que

O foco do problema, no entanto, não é a quantidade de sangue nas veias, mas o fato de que é inegável nossas fortes raízes africanas, cujas marcas estão impressas nas enormes desigualdades socioeconômicas e culturais do país. O foco está nas desigualdades.

Como abordagem metodológica na construção da nossa pesquisa, trabalhamos com o aporte da história oral temática, através de relatos de idosos sobre histórias de negros nos mundos do trabalho. As falas deles, suas lembranças e memórias sobre na nossa cidade nos serviram para que pudéssemos elaborar o nosso argumento teórico-metodológico na discussão desse texto. Alberti (2010, p. 167) lembra que:

[...] o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. [...] E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.

Nesse sentido, a história oral assume grande importância, pois o trabalho do historiador necessita de diversidade de fontes, documentos, e entrevista também é documento. Nessa interpretação, levamos em consideração que documento é um registro e não prova do acontecido.

Em se tratando de oralidade, Alberti (2010, p. 155) afirma que —A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso à ‘história dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado. O relato diz respeito ao novo, ao inesperado, tem uma dimensão poética, cada palavra é diferente. A esse respeito Freitas (2006, p. 92) esclarece que:

Uma entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que, apesar de pertencerem a

entrevistados. A maioria dos brasileiros respondeu ao IBGE que o fator preponderante para identificar sua cor ou raça é -a cor da pele – foi o argumento de 74% dos entrevistados. Mas 62% deles disseram que a origem familiar também é analisada; e, para 54%, traços físicos também atuam na formação da raça. Outro dado esclarecedor é que 63,7% dos brasileiros entrevistados acreditam que a cor ou raça influencia na vida. Entre as situações nas quais a cor ou raça tem maior influência, o trabalho aparece em primeiro lugar entre pessoas entrevistadas, com 71% das respostas.

diversas faixas etárias e diferentes condições socioeconômicas e culturais, estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão.

A riqueza da História oral está relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a múltiplas histórias sobre um mesmo tema. Além das fontes orais, pesquisamos no acervo do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande onde trabalhamos com jornais. Importa-nos perceber que cada fonte traz implicações, e quanto ao trabalho do historiador com jornais, De Luca (2006, p. 140) nos informa que:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. [...] De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

Sabemos que o documento não nasce documento e que ele abre uma teia de relações, de significados. Quando tecemos o nosso texto, produzimos novos significados, eis o nosso maior desafio como historiadores. Sabe-se que não é recente a proposta de se trabalhar com fontes históricas não-verbais. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador.

Na construção dessa pesquisa, inicialmente mantivemos contato com nossas fontes orais — as pessoas a serem entrevistadas — discutindo com elas acerca do nosso tema para posteriormente começarmos as entrevistas, depois construímos o roteiro da entrevistas e partimos para a realização delas. Cumpridas essas etapas, fizemos a transcrição e análise das mesmas. Num segundo momento, pesquisamos em jornais e finalmente passamos à elaboração do texto.

Ele se encontra organizado em uma introdução aonde apresentamos os teóricos que balizaram nosso trabalho, o objetivo e a relevância da nossa pesquisa. Ainda foram acrescentados dois capítulos, no segundo, intitulado *A cidade e seus espaços: experiências dos trabalhadores negros* discutimos acerca da cidade de Campina Grande nos anos 40-60 e nela a inserção dos trabalhadores negros e suas experiências.

Por último, no terceiro capítulo cujo título é *Memórias de idosos: vivências cotidianas de trabalhadores negros nos mundos do trabalho*, temos como objetivo perceber os negros nos diversos espaços de trabalho campinense, suas trajetórias, os desafios, os preconceitos e seus espaços de atuação.

2 A CIDADE E SEUS ESPAÇOS: EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES NEGROS

Ao investigar o mundo que nos rodeia, estamos procurando entender a história do nosso tempo. Constatamos que o ser humano é feito de tempo e que é um ser histórico, já que suas ações e pensamentos mudam no tempo à medida que vai vivenciando experiências coletivas e/ou pessoais.

Neste sentido, a temática da cidade é um grande desafio aos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, pois vem sendo desenvolvida de forma ampla e sob diferentes focos e perspectivas. As cidades modernas têm o poder de condensar experiências e memórias em que as experiências e vivências dos sujeitos nos permitem dizer que a partir destas experiências, homens e mulheres constroem suas identidades no contexto da cidade. Nesse sentido, Raminelli (1997, p 288) percebe que

A multiplicação de homens, objetos e imagens promove a banalização, a perda de *aura*, originando uma nova percepção, uma nova sensibilidade, capaz de absorver as sequências de instantâneos, as imagens partidas, a intensa estimulação nervosa [...] Por outro lado, a profusão de tipos, de fisionomias e de rostos anônimos esconde seres misteriosos [...].

Nelas, as pessoas redefiniram seus projetos históricos e desenharam suas utopias, assustaram-se com seus fracassos traçando trilhas para superá-los. A provisoriedade ditada pelas instalações da tecnologia pós-moderna dialoga com memórias seculares vivas, fazendo da cidade um complexo e atraente espaço do fazer histórico. Assim

Nesse processo, a problemática da cidade foi delineada enquanto questão (a chamada questão urbana), encontrando-se atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, passando a ser reconhecida enquanto palco de tensões. Construiu-se aí a questão social mediante a identificação do outro (o pobre, o imigrante, a mulher, o negro) (MATOS, 2002, p. 34).

O espaço urbano tornou-se cada vez mais crescente e fragmentado, pleno de tensões e contradições decorrentes das transformações aceleradas do processo de desenvolvimento do capitalismo. Esse espaço da cidade campinense está pleno de lembranças, experiências e memórias de trabalhadores negros.

Considerações sobre trabalhadores negros e a historiografia da cidade campinense

Sabemos que o Brasil dos anos 70 em diante⁵ passou por um intenso processo de urbanização e que muitas cidades absorveram os signos modernizantes tanto antes desse período como após este contexto. Antes deste período, conforme nossa temporalidade recortada nesta pesquisa, algumas cidades a exemplo de Campina Grande — mesmo trazendo alguns traços rurais na sua periferia ou mesmo em algumas partes do centro —, já apresentavam equipamentos modernizantes vistos através do cinema, das indústrias, das atividades comerciais que se ampliavam como a luz elétrica, Correios, linha ferroviária, entre outros.

Ao adquirir equipamentos modernizantes, muitas cidades evidenciavam assim novas formas de conceber mudanças que estavam se processando e que traria reflexos sobre a vida de seus moradores, o que nos faz perceber um diferencial entre a cidade que não havia recepcionado ainda os signos modernizantes e aquela que já trazia as evidências e traços da modernidade.

Sobre o processo de modernização que Campina Grande estava vivendo no recorte temporal em estudo, buscamos aporte em Souza (2002, p. 30) que nos ajuda a perceber que

O processo de urbanização de Campina Grande ocorreu mais intensamente a partir dos 20, 30 e 40 do século XX, quando a cidade passou por um surto de desenvolvimento econômico nunca antes visto, em virtude da grande produção, comercialização e exportação do algodão. Naquele período áureo de riqueza e poder, as elites campinenses empreenderam na cidade um conjunto de transformações físicas que, se por um lado deu feições urbanísticas modernas e desenvolvidas à urbe, por outro, expulsou das ruas centrais muitas categorias sociais que foram seguidamente alijadas das benesses trazidas pelo progresso.

⁵ De acordo com dados do IBGE, a taxa de urbanização nos anos 60 era de apenas 44,7%, sendo o Brasil ainda um país agrícola. Em 1980, 67,6% do total da população já vivia em cidades. Entre 1991 e 1996, houve um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, o que se reflete na elevada taxa de urbanização (78,4%).

A cidade assume, nos tempos modernos, o espaço fundamental de construção dos sonhos e desejos da sociedade humana. Como lugar de moradia de homens e mulheres, ela revela a complexidade das relações sociais, na definição dos seus conflitos e na possibilidade de instituir os seus movimentos de solidariedade. Pensando este lugar como formador da cidadania e do cidadão, Bresciani (2002, p. 29-30) coloca que

Há, porém, ainda outra ponta emergindo do novelo da questão sanitária/social, elemento importante para a sociedade fundada no contrato social. Essa ponta apresenta a cidade como operador de memorização, memórias contidas em suas bibliotecas, monumentos, estabelecimentos de ensino, imprensa. A cidade coloca o mundo na *história* e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais. Os monumentos e o espaço público solicitam nossa inteligência e, por vezes, complicados esquemas interpretativos apresentam-se como desafios e pedagogias insubstituíveis. É na cidade que a história se exhibe [...].

Podemos perceber que Bresciani (2002) enfatiza que a história do urbanismo ou da história urbana não pode ter uma interpretação única e que nenhuma leitura das cidades pode ser definitiva ou ingênua. A mesma cidade pode ser lida de maneiras diferentes, em que conforme Lopes (2007, p. 9),

As cidades são espaços onde afloram histórias e lembranças, pois se configuram enquanto *locus* de intensa sociabilidade. As marcas destas relações tecidas pelos grupos sociais se inscrevem nas paisagens urbanas – estas últimas são, por isso mesmo, indicativas de temporalidades múltiplas, dispostas em camadas que se interpenetram.

É no espaço da cidade que os sujeitos sociais que nela residem, reconhecem que a sua história está envolvida com a da urbe e esta é um campo aberto para a construção da vida humana, se abrindo como espaço de possibilidades e ousadias. Nesse sentido, Rezende (2003, p. 52) nos mostra que

A referência constante à palavra cidade não quer, aqui, esconder os sujeitos que a constituem. São as idas e vindas desses sujeitos, suas lutas para afirmarem suas identidades, seu existir cotidiano que articulam e fazem possível especular e historicizar sobre a cidade como o lugar de se viver e de se conectar com o mundo. Com certeza, a pedagogia ou as pedagogias que por ela circularem não negarão a sua complexidade e o seu fascínio, pois assim ficariam impossibilitadas de atrair seus sujeitos. Essas pedagogias devem falar não apenas das lutas e das perdas, mas de que há inúmeras trilhas surpreendentes a serem abertas desde a invenção da cultura e da história.

As cidades constituem-se em territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob aquilo que é fisicamente palpável, descortinam-se urbes paralelas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões angariadas ao longo das experiências urbanas.

Assim, ela passa a ser vista também como espaço que em diferentes tempos foram se constituindo como escolhas coletivas.

No que concerne à Campina Grande, percebemos que vários autores têm se voltado para diversos aspectos de sua realidade social e histórica, produzindo trabalhos relevantes, a exemplo de Sousa (2006), Souza (2002), Aranha (2006), Lima (2008) e Cabral Filho (2009), entre outros; que têm tomado a cidade como objeto de inspiração para suas pesquisas.

Faz-se necessário pontuar ainda que os primeiros africanos aqui chegaram por causa da expansão das atividades socioeconômicas do povoado, que passaria a se chamar Vila Nova da Rainha e, finalmente, cidade de Campina Grande. Com o tempo, eles foram se tornando a maior força de trabalho local ao lado de trabalhadores *livres*, como os meeiros, agregados e aqueles que recebiam por tarefa, tornando-se os principais responsáveis pela produção da riqueza do município.

Quanto à procedência dos escravos africanos de Campina Grande, Lima (2010, p. 57) que pesquisou sobre a escravidão na cidade campinense, nos esclarece que

[...] 96% deles eram originários da África Centro-ocidental, cujo centro de gravitação girava em torno dos portos litorâneos do Atlântico, especialmente o de Luanda e de seus arredores, ponta de lança do domínio luso-brasileiro em aliança com as elites africanas. Na documentação, eles aparecem com denominações variadas, tais como Angolas, Cabinda, Benguela, Cassanges, Congos, Candeias, Angicos, Camundongos, Quibundos, Rebolos etc. Já da África Ocidental, cuja principal referência era o Castelo de São Jorge da Mina, vieram por volta de 2%, conhecidos como Minas ou Da Costa. Por fim, o restante era da África Oriental, mais precisamente de Moçambique, porto africano situado no oceano Índico.

Podemos perceber as relações de trabalho em Campina Grande através do que trata Cabral Filho (2009, p. 104) no período por ele enfatizado,

Pensemos agora no trabalho e nos trabalhadores sob esta pressão progressista. Trabalho e trabalhadores que, de alguma forma, já estavam sendo submetidos aos interesses destes modernizadores, constituem-se

numa etapa importante para a compreensão do caráter ambíguo do qual este processo de modernização foi revestido: Bênção e flagelo.

Notamos ainda que no ambiente rural que ainda predominava em Campina Grande, muitos trabalhadores eram ignorados pelos letrados campinenses ansiosos por projetarem mentalmente uma cidade moderna. A esse respeito, Sousa (2006, p. 51) nos mostra que

[...] Eram simples carregadores, empregados do comércio, moradores ou trabalhadores das grandes propriedades do município e da região, domésticas e operários. Difícilmente o conceito de progresso, que tanto significa nos escritos da época, contemplaria tais figuras, muito embora nenhum dos significados desse conceito prescindisse do labor diário dessas pessoas para materializar-se; exigia-se, no entanto, um trabalhador higienizado e produtivo, livres das peias e vezos antigos, associados à incivilidade. Ao final, os trabalhadores e pobres, quando apareciam nos escritos dos letrados, era em grande parte como contraponto ao progresso, que um dia os varreria com seus hábitos e vícios inaceitáveis.

Percebemos que em Campina Grande — apesar de não ser uma grande metrópole — houve uma intensificação do processo de urbanização e ingresso de migrantes na vida urbana. Nessa cidade, no final dos anos 50 do século XX, percebemos conforme Araújo (2000, p. 80) que

Nesse período, o processo de concentração fundiária contribui para que grande parte da população do campo seja obrigada a emigrar para as cidades. Os que conseguem enquadrar-se na nova ordem vão ser artesãos, pequenos produtores, trabalhadores de comércio, funcionários públicos, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, ferreiros e outras categorias do mesmo nível, além dos que conseguem trabalhar nas poucas fábricas locais. [...] Ao mesmo tempo em que se estruturavam novos bairros como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes, recém-chegados à cidade, levantavam-se bairros ocupados pelos comerciários e operários, como José Pinheiro, Bodocongó e Liberdade.

Estes aspectos da cidade enfatizados por Araújo (2000) são ratificados pelo relato de um idoso de 97 anos, que antes residia em São João do Cariri e que chegou para viver na cidade no ano de trinta e sete, nos disse o seguinte:

Vim pra cá porque naquele tempo o sítio não tinha condição pra nada, o povo vivia como bicho, o cara lá não tinha trabalho, eu trabalhava lá numa caieira de cal. Mas o trabalho aqui era muito difícil, só melhorou da década de 40 pra cá, antes o povo vivia mais nos sítios. O serviço era barato, ganhava pouco. Mas tinha trabalho, o camarada só não trabalhava se não quisesse. Eu conheci muitos negros que trabalhavam

na construção civil. Trabalhei na rede ferroviária, aqui e acolá tinha um negro, eles trabalhavam no pesado. O negro sempre foi discriminado, né? Tudo que era de serviço pesado era entregue ao negro. Aos brancos era dado o serviço mais leve. Existia uma indústria, a Marques de Almeida que mexia com tecido, lá trabalhava todo tipo de gente, havia negros lá também. Campina era atrasada (Severino Assis Simões, 2010).

Em Campina Grande, como em outras cidades do país eram realizadas centenas de atividades em seu interior, havia o ambiente da feira, lugar que congregava pessoas que lá trabalhavam oriundas do espaço rural e da cidade, bem como de outras localidades. Sobre o desenvolvimento do parque industrial de Campina Grande na década de 60, temos:

[...] bem como demonstra a subscrição de mil e quinhentas ações do capital social do Frigorífico Industrial de Campina Grande S.A., em fase de organização nesta cidade. A nova unidade industrial campinense destina-se ao aproveitamento integral dos animais abatidos para o abastecimento de Campina Grande e municípios circunvizinhos, reduzindo as perdas que atualmente se verificam na matança de gado, desde a carne até os resíduos como osso, pêlos, cascos etc. susceptíveis de industrialização e beneficiamento para consumo nas atividades mais diversas (Semanaário Oficial – Prefeitura Municipal de Campina Grande, PB. - 18 de junho de 1960).

Podemos inferir pela citação acima que a imprensa brasileira no período pós-abolição costumava representar os negros de maneira depreciativa nos jornais e não fornecia espaço suficiente para divulgar eventos promovidos pelas comunidades e associações negras, tampouco para debater problemas e fazer reivindicações relativas a essa população.

Percebe-se que essa nota é de caráter eminentemente político, com vistas a publicizar o incentivo dado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande à sua industrialização. Indagamos a um comerciante aposentado afro descendente e natural de Itabaiana o porquê de ter vindo residir em Campina Grande, ao que nos responde:

Até os 17 anos era agricultor, em 1946 com 19 anos vim morar aqui em Campina Grande e botei um bar. Campina era um comércio forte, algodão sisal, o ramo de bar era muito bom, ganhei muito dinheiro. Campina me acolheu muito bem, depois comprei uma parte da empresa do meu irmão, a empresa Cabral (Otacílio Cabral da Silva, 2010).

Em seu trabalho sobre o espaço citadino campinense, Sousa (2006) constrói sua produção historiográfica pelo viés da história social, no qual ressalta os usos que os habitantes fazem desse espaço urbano, colocando que

Trazer à tona a diversidade de Campina Grande é uma forma de mostrar como as elites tentaram hierarquizar espaços e instituir valores. Mas também é compreender como muitos moradores vão constituir outras cartografias, burlando e ressignificando uma teia de valores e códigos que lhes tentaram impor (SOUSA, 2006, p. 90).

Seus escritos refletem a influência da história social ao abordar as relações entre classes pobres e as elites, desta forma a cidade é vista como território de confronto, de lutas e não como um lugar estável. Entretanto, Aranha (2006) estudou as tramas político-econômicas e as práticas culturais relacionadas à chegada de alguns equipamentos modernos na Paraíba e região, entre 1880 e 1925.

Esta parte do pressuposto de que as reivindicações ferroviárias foram marcadas por interesses particulares, procurando demonstrar que a elite local do Nordeste, e/ou seus representantes no Parlamento e na imprensa queriam mesmo é que os recursos chegassem.

Pudemos perceber que, na cidade campinense haviam maneiras diversificadas de sobrevivência, tornando-se possível viver, trabalhar e morar nela, onde suas ruas, bairros, centro e os arredores propiciavam a muitos trabalhadores a possibilidade de *ganhar* a vida.

Cotidiano de trabalhadores negros: das formas de agenciamentos às vivências experienciais no pós-abolição

Uma das principais questões no período pós-emancipação nas ex-colônias e ex-sociedades escravocratas estava relacionada à maneira de assimilar a antiga população escrava em um novo contexto social. Além da transformação dos escravizados em trabalhadores livres, havia um ideal de sociedade no qual as experiências do cotidiano de ex-escravizados e negros que já eram livres deveriam se adequar.

O mercado de trabalho em meados do século XX se materializava de certo modo, como resultado do processo histórico que moldou esta sociedade. Nele persistiam situações de desigualdade racial, dentre as quais se destacava a

exclusão dos negros. A República não lhes assegurou emprego, educação, moradia, participação política. Podemos perceber que

[...] depois da escravidão [...] Sei lá, talvez simplesmente a continuação da vida, mas não a reencarnação da morte na *nova* sociedade do trabalho. A luta entre estes modos diferentes de ver a vida deu-se nas ruas, e a revolta da vacina em 1904 pode ter sido o último grito de protesto da cidade negra clássica – o grito estridente de consciências diferentes, que clamavam apenas por um pouco de tolerância (CHALHOUB, 1988, p. 105).

Após o fim da escravidão sobrava mão-de-obra negra na cidade, contudo eles eram impedidos de atuar no mercado formal e na indústria que começava a florescer, partindo então para trabalhos informais como, carregadores, chapeados, sapateiros etc. Mediante tal impedimento, em Campina Grande, meados do século XX, Pimentel (2001, p. 27) nos esclarece que

Em 1935, chegou a vez do Dr. Vergniaud Wanderley. Muito operoso. Reformador incansável deu início à transformação da cidade, a qual passou a assobradar-se, a ter avenidas e ruas largas, crédito e assiduidade nos serviços começados. Em 1939 inaugura-se o saneamento e o serviço d'água encanada, obra do governador Argemiro Figueiredo, o que veio intensificar a luta do Dr. Vergniaud Wanderley. Quando este deixou a Prefeitura, em 1945, a cidade apresentava um aspecto atraente: asseio, visão topográfica acolhedora, com algumas praças etc.

Notamos que devido ao comércio do algodão, Campina Grande experimentou um considerável crescimento econômico, estando sob o impacto de certo processo de modernização ocorrido entre 1930 e 1950. Apesar disso, Almeida (1954, p. 5) coloca que

[...] Campina, a princípio, simples aldeamento de indígenas; lentamente, fôra se tornando um centro de pequena economia mista, criação de pequenos rebanhos, cultivo de cereais e pequeno comércio local. E assim, marasmada, vivera longo tempo sem curva apreciável de ascensão; enquanto que outros povoados da zona propriamente criatória prosperavam (Jornal de Campina, 06 de fevereiro de 1954).

Foi a partir de 1930, por meio de um processo complexo, que o Brasil começou a estruturar com um desenho industrial nacional. Aí começou a ser gestada uma indústria de base, com siderurgia, petroquímica etc. O papel do

Estado foi importante nesse processo. Esboçou-se pela primeira vez uma sociedade denominada *nacional-desenvolvimentista*. Interessa-nos perceber que

Embora todos esses grupos tenham invocado os princípios da igualdade racial a suposição, por parte dos negros, de seu local de direito na sociedade brasileira, eles propunham atingir esses objetivos através do trabalho lento e paciente da educação (tanto dos negros quanto dos brancos), e da reivindicação de uma herança cultural afro-brasileira que foi ignorada e rejeitada por uma sociedade inclinada para o branqueamento. Nenhum deles propôs um programa explicitamente político ou uma ação política organizada, tendência que foi reforçada pelo golpe militar de 1964 e pela destruição da Segunda República (ANDREWS, 1998, p. 295).

As vivências de trabalhadores negros no pós-abolição estavam imbricadas no contexto de um Estado republicano em formação. A *liberdade* do dia 13 de maio concedida às pessoas negras, não lhes garantiu condições dignas de vida. A abolição é considerada um marco significativo de um processo que sugere uma série de mudanças.

Institucionaliza-se de fato o trabalho livre e seguem-se, então, as necessárias transformações nas sociedades, civil e política. Com as comemorações do centenário da abolição, no ano de 1988, apareceram muitos trabalhos sobre o tema e os historiadores passaram a perceber os espaços autônomos de produção dos escravos e suas possibilidades de negociação, assim

[...] Esta mudança de perspectiva implicou uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por ele produzidos. Afinal, o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativeiro (MATTOS; RIOS, 2005, p. 26).

Os estudos sobre o pós-emancipação reavaliaram os estudos históricos sobre relações raciais, questionando a situação do negro como resultado pura e simplesmente, da herança da escravidão. Mattos; Rios (2005, p. 29) nos mostram que

De fato, procura-se recuperar a historicidade dos diferentes processos de desestruturação da ordem escravista e seus desdobramentos, seja no que se refere às relações de trabalho, às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos para as populações libertas, bem como às formas de racialização das novas relações econômicas, políticas ou sociais. Ou seja, procura-se desnaturalizar a noção de raça, percebendo as categorias e identidades raciais como construções sociais, historicamente determinadas.

Em permanentes negociações e tensões com os patrões, como também, em alguns casos, com a justiça, os ex-escravizados e seus descendentes articularam vivências do passado com elementos do presente, de forma que pudessem preservar valores, comportamentos, atitudes, traços de relações de poder que garantissem dignidade e sobrevivência em meio às adversidades vividas na conjuntura da consolidação do Estado republicano. Nesse sentido

Na transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil, o problema da mão-de-obra era um dos principais assuntos que mobilizavam a atenção da opinião pública. A solução vislumbrada pela fração hegemônica da classe dominante foi fomentar a imigração européia, por um motivo muito *simples*: a imigração resolveria o problema da escassez de *braços* na lavoura. No entanto, o processo foi mais complexo do que se apresenta em retrospectiva. Nossa hipótese é a de que o modelo de *transição* ocultou uma campanha ideológica empreendida pela elite para legitimar a exclusão social do negro (DOMINGUES, 2003, p. 83).

Vimos que não só aqui — mas em muitas partes da região Nordeste — as principais funções ocupadas pelos descendentes de escravizados foram: meeiro, rendeiro, alugado, vendeiro, tropeiros, aguadeiro, empregados domésticos etc. Alguns outros se inseriram em relações de trabalho assalariado nas poucas fábricas de tecelagem, na construção da ferrovia ou no comércio local.

Sabemos através da historiografia campinense como os negros escravizados trabalhavam e quanto ao cotidiano escravo, Lima (2008, p. 19) nos esclarece que —[...] a escravidão marcou profundamente a fisionomia histórica e cultural desse país, que literalmente foi erguido em *costas negras*, sendo, dentre outras coisas, resultado de um intenso processo de exploração de trabalhadores escravizados e dos seus descendentes□.

Nesse contexto pós-abolição e de crescimento da cidade, buscava-se adequar homens e mulheres de certos segmentos sociais a uma nova situação do mercado de trabalho, inculcando-lhes valores, formas de comportamento,

disciplina rígida do espaço e tempo do trabalho. As mulheres, particularmente, deveriam assumir um comportamento desejado enquanto trabalhadoras.

Ao inquirirmos o advogado e Ms. professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba, afro descendente, sobre as mudanças efetivadas no campo do direito trabalhista a partir de 1945, ele nos diz:

A partir de 1945 a primeira mudança que houve na legislação brasileira foi o estabelecimento da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). A questão dos negros não foi contemplada, o que foi consolidado na CLT foi a instituição do trabalho com carteira assinada. A chamada Lei Áurea não podia vir para a CLT porque ela não tratava de libertação, ela privilegiava aquele que estava no mundo do trabalho. Se o patrão não assinasse a carteira de trabalho ele poderia ser punido, mas isso não dizia respeito somente aos negros, era ao trabalhador em geral. O que se via em relação aos negros era muitas vezes o trabalho forçado, o negro era obrigado a trabalhar, às vezes sem poder sair de onde estava, às vezes sem receber salário, trabalhando só pela alimentação; uma forma de escravidão não como a anterior, mas não deixa de ser uma escravidão, porque não se tinha conhecimento de nenhuma lei trabalhista (Amilton de França, 2010).

No seu relato ele nos fala sobre como a trabalhadora negra foi beneficiada pela CLT:

Houve um avanço do ponto de vista da mulher, aí se incluindo a negra, até os anos 40-45 as mulheres não tinham capacidade civil, elas viviam sob a tutela do pai e quando casavam passava para o marido. Ela não podia colocar um comércio, por exemplo, sem autorização do marido. Essas mudanças realmente existiram, a mulher não tinha direito ao voto aqui no Brasil, porque era semi inimputável, era uma cidadã de segunda categoria, necessitando ser tutelada. Houve o estabelecimento do salário mínimo, também a integralização das horas extras ao salário. Quanto à gestação da mulher, foi estabelecido um período de descanso com a garantia que ela não vai ser demitida do trabalho nesse período. Isso ainda não se aplica às empregadas domésticas, elas ainda não têm estabilidade no trabalho, podendo ser demitidas em qualquer época (Amilton de França, 2010).

Após a abolição, o modelo de desenvolvimento econômico foi centrado em grandes unidades produtivas concentradoras de mão-de-obra; era preciso subordinar contingentes operários disciplinados a um processo técnico fabril. Percebemos ainda a ausência de uma política de integração dessas pessoas por parte das autoridades.

Assim, nos tempos que se seguiram à abolição os trabalhadores foram reinventando a liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência

e cidadania na cidade campinense. Além de nos esclarecer quanto aspecto jurídico trabalhista, o professor já citado anteriormente, nos relatou sobre seus ancestrais negros ao relembrar:

A minha avó nasceu em Pernambuco na época da Lei do Ventre Livre, os pais dela eram escravos, mas com a Lei do Ventre Livre ela saiu da escravidão. Ela casou com meu avô (Francilino) que era branco e vieram para cá; ele era vaqueiro. Minha avó lavava roupas como for de ganhar dinheiro, nessa época, meu pai cortava lenha e botava nas casas, pois o pessoal tinha o fogão *inglês*. Em algumas casas ele combinava o seguinte: vou botar lenha e não vou cobrar e você toma minha lição. Campina Grande tinha uma rua que na década de 40 era chamada Rua dos Operários, hoje é a Rua Independência. Nessa rua tinha dois operários, todos dois de cor negra, um deles era meu pai (Inácio José dos Santos) e o outro a família dele ainda mora na mesma casa. Meu pai era ferreiro e o trabalho dele tinha uma qualidade muito boa, artesanal, muito valorizado. A espada da maçonaria foi feita por ele, era natural de Goiana, Pernambuco (Amilton de França, 2010).

3 MEMÓRIAS DE IDOSOS: VIVÊNCIAS COTIDIANAS DE TRABALHADORES NEGROS NOS MUNDOS DO TRABALHO

-A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens□
(LE GOFF, 1994, p. 471).

A citação transcrita acima, retirada da obra *História e Memória* evidencia a importância da memória quando vamos reelaborar o cotidiano de trabalhadores negros na cidade campinense, buscando evidenciar suas experiências e vivências, seus modos de ver e viver o espaço urbano, suas condições de vida, as suas variadas formas de sobrevivência, ou seja, toda uma diversidade e dinâmica das ocupações que absorviam o cotidiano de homens e mulheres negros em Campina Grande. Nesse sentido:

A expansão dos estudos sobre o cotidiano na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos. Poderíamos dizer que, por razões internas e externas, os estudos históricos do cotidiano emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, que requeria uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa (MATOS, 2002, p. 21).

Tendo em vista essas inquietações, saímos em busca destes trabalhadores, de suas memórias e de suas histórias. Além disso, ouvimos relatos de pessoas idosas que conviveram com negros e que nos falaram de suas memórias quanto às formas de sobrevivência dessas pessoas no cotidiano do trabalho na cena urbana.

Assim: -O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma idéia inspecionada por nosso espírito – é alargamento das fronteiras do presente, lembranças de promessas não cumpridas□ (BOSI, 1994, p.18).

Ademais, homens e mulheres idosos têm uma nova função social, ou seja, lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Quanto à nossa cidade, tentamos entender como os negros se defrontaram no processo social depois da libertação. A cidade de Campina Grande acolheu esses ex-escravos?

Memórias de idosos: trabalhadores negros no cotidiano da cidade

Historicamente se comprova que o negro sempre empreendeu uma luta ferrenha em oposição à dominação. Seja no tráfico atlântico, seja no tráfico interno, os africanos e seus descendentes tiveram de lutar para sobreviver contra a morte precoce, adaptando-se a senhores desconhecidos e costumes estranhos; o que não era tarefa fácil.

A visão construída sobre os africanos ao longo do tempo foi elaborada pelos europeus em cima de preconceitos e discriminações historicamente construídos. Os negros que vieram ao Brasil pela —Diáspora— foram mostrados pelos europeus como sujeitos sem condições de ultrapassar os limites da selvageria.

Conforme notabilizamos anteriormente, aquela percepção foi a forma de discriminar africanos e seus descendentes e representá-los num formato negativo dentro do contexto da História social e cultural brasileira.

É sabido que o desmantelamento, a desestruturação dos reinos africanos ocorreu por causa dos europeus e sua ganância. Lá havia civilizações muito antigas, singulares, diferentes, mas nem por isso menos importantes.

Os europeus queriam o ouro, a prata, as especiarias, a madeira de lei, os produtos tropicais e, mais do que tudo, o lucro obtido com o tráfico de escravos africanos. Durante uns trezentos anos eles praticaram o tráfico negreiro, utilizando o negro africano como produto de consumo.

Como resultado de nossa busca, encontramos homens e mulheres vindos de muitas cidades da região para tentar a vida na *Capital do Trabalho*. Benjamim (2004) coloca que as migrações foram realizadas sem planejamento e, por este motivo, os negros que migraram para as cidades mantiveram-se como trabalhadores não-qualificados, recebendo baixos salários e sem acesso à habitação digna, serviços básicos de saúde, educação, higiene e segurança.

Percebemos nesse contexto, as trajetórias urbanas que aparecem nas memórias de uma idosa que se reconhece negra e nos relata:

Desde os doze anos que eu trabalho, primeiro no roçado, depois com vinte anos fui trabalhar na fábrica como tecelã na Tecelagem Marques de Almeida, ainda hoje tem o prédio, parece que é uma loja de carro, é ali na Faculdade de Administração, antes o Correio era ali. É um prédio

grande, bem velho que tem. Tava com trinta e três anos quando me casei, mas nunca deixei de trabalhar. Dava um agrado a uma sobrinha pra ela cuidar dos meninos e ia trabalhar. Fazia o almoço de madrugada e levava pra comer na fábrica. Depois fui trabalhar no cotonifício, que não existe mais, trabalhei nove anos, depois trabalhei lá em João Cristino perto do cemitério. Depois saí de lá e voltei pra Tecelagem Marques de Almeida e fiquei lá até me aposentar em 1983. Minha vida todinha foi trabalhar. Na fábrica trabalhava de seis da manhã até às seis da noite. Uma vez trabalhei até a quinta-feira e ganhei menino no sábado (Antônia Francisca de Souza, 2010).

Quando indagamos a mesma se teve algum tipo de lazer na sua juventude, ela nos responde:

A minha vida foi assim... eu não tive vida. Eu fui uma pessoa que não tive juventude. Hoje é que eu to tendo, quando era nova não tinha, pois tive que trabalhar. Com doze anos eu cheguei em Campina e já comecei a trabalhar pra ajudar a família. A minha infância foi junto com gente adulta, eu não tive juventude, sabe. Hoje é que eu tenho, passeio e gosto de ir à igreja e ir pra casa da minha família. Domingo mesmo fui lá pra Guarabira, eu ando aquele *mei de mundo* todinho com minhas amigas, hoje eu tenho amiga. Antigamente eu não tinha porque trabalhava muito, tinha marido e quatro filhos (Antônia Francisca de Souza, 2010).

Podemos inferir pelos relatos, que o cotidiano de alguns negros campinenses foi caracterizado pelo trabalho duro e geralmente mal remunerado. Notamos certa passividade em aceitar a extensa jornada de trabalho, encarada com naturalidade. Gurjão (1999) nos mostra que a indústria paraibana era precária com um pequeno contingente operário. E prossegue colocando que geralmente esses trabalhadores eram

[...] Oriundos da zona rural e condicionados aos ditames do coronelismo, às relações pessoais de dominação e dependência, muito freqüentes também nas fábricas, os operários paraibanos dificilmente teriam condições de perceber sua condição de expropriados (GURJÃO, 1999, p. 85).

Deste modo, homens e mulheres negros estavam aptos a serem inseridos no mercado de trabalho campinense da época? Nossa entrevistada, anteriormente citada, ao ser indagada a esse respeito nos relata:

Eu tinha muita vontade de estudar, mas minhas tias não deixavam. O povo antigamente era tão *burro* que não queria que o povo estudasse, principalmente a mulher, pra não aprender a escrever pra mandar carta pra homem. Eu vim estudar quando comecei a trabalhar na fábrica. A maioria lá assinava o nome, eu e outros colocava o dedo, eu tinha uma

vergonha! Aí uma amiga minha botou uma escola pela Prefeitura e me chamou pra estudar com ela. Eu chegava do trabalho muito cansada e foi difícil minhas tias deixarem e olha que eu já tinha mais de vinte anos (Antônia Francisca de Souza, 2010).

Embora não nos pareça estranho a constatação da falta de acesso à instrução por parte dos escravos, situação que podemos inferir pouco alterada nos anos posteriores à abolição, a mesma não se constituía como principal requisito no período em estudo.

O trabalho nas fazendas e mesmo nas atividades fabris e industriais que se formavam nas cidades não requeriam de modo significativo uma instrução formal. A mesma idéia pode ser atribuída em relação às especializações, pois o trabalho nas fábricas e incipientes indústrias igualmente desconsideravam de início pelo menos, habilidades específicas, ao considerarmos que a maioria destes ofícios era apreendida no próprio trabalho. Todavia,

[...] a Educação desempenha uma centralidade. Não dispensa outras condições para que os excluídos da História se incluam, como recursos de sobrevivência material (terra, trabalho, salários) e de reprodução dessa sobrevivência. Mas a educação, na medida em que significa o processo de socialização cultural, é que garante a transmissão de culturas e possibilita, a partir disso, a produção de novos conhecimentos, ampliando o patrimônio herdado, por sua transformação a cada geração, a cada presente histórico. É a educação que permite aos seres humanos a inteligibilidade de seu ser-estar no mundo, de sua trajetória, dando-lhes consciência como sujeitos históricos (SILVEIRA, 2010, p. 20).

Nosso entrevistado, professor e advogado citado no capítulo anterior, nos relata suas memórias acerca desse aspecto, nos falando que:

Aqui em Campina Grande tinha uma escola semi aberta, tinha internato e externato, era a Escola do Professor Clementino Procópio, só existia ela. O meu pai fazia o seguinte: ele colocava uma pedra pelo lado de fora, subia e ficava olhando pela janela a lição que estava sendo dada. Um dia ele foi pego pelo professor Clementino que lhe perguntou o que estava fazendo ali. Ele respondeu que estava olhando e aprendendo, aí o professor mandou chamar minha avó e perguntou se ela poderia comprar uma roupa adequada para ele estudar. Ela respondeu que sim, ele disse que era para ele não ser discriminado na classe porque lá estudava a família Figueiredo (Argemiro, Belinho). Foi assim que meu pai aprendeu e fez de tudo para os filhos estudarem, eu sou uma prova disso, sou advogado e professor mestre da Universidade Estadual da Paraíba, onde atualmente leciono Direito do Trabalho (Amilton de França, 2010).

As relações entre educação e mundo do trabalho são hoje bastante complexas. A educação, entendida como troca e diálogo entre e inter gerações, garante que homens e mulheres retransmitam esses conhecimentos uns aos outros. Com a constituição da escola, espaço destinado à transmissão de saberes, fica estabelecido possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho. Kruppa (2005, p. 22) propõe

Mas uma educação capaz de constituir o processo de tornar-se cidadão; isto é, um processo voltado à formação de sujeitos sociais participantes do exercício e usufruto do trabalho, da geração e uso dos conhecimentos, e do exercício da responsabilidade de Governo sobre a sua cidade. Esta proposta se põe radicalmente contra qualquer proposta de educação discriminatória e reforçadora dos mecanismos, os antigos e os mais novos, de exclusão social.

Dentro desse novo contexto, é atribuído aos trabalhadores o dever de escolaridade, em nome de um suposto atributo de empregabilidade, conseqüência da conquista de escolaridade e de determinadas qualificações e competências por cada trabalhador individualmente.

Nosso questionamento nos leva a perceber que havia e ainda há resquícios de preconceitos e racismo em relação aos negros no contexto de nossa sociedade e isso não difere no que concerne aos mundos do trabalho. Observamos que tanto nos aspectos culturais e, sobretudo nos aspectos trabalhistas homens e mulheres negros não fizeram parte de uma elite letrada, sendo poucos aqueles que tiveram acesso ao letramento e educação formal.

Isso se verificou tanto no contexto do período anterior à abolição como no pós-abolição, não se percebeu o cuidado dos responsáveis pela educação brasileira da época por esse segmento social. Isto porque a Lei 10.639/2003 vem revalidar esta luta das pessoas negras pelo reconhecimento dos seus valores históricos e culturais e principalmente, sua importância no contexto da sociedade brasileira.

Deste modo, percebemos que muitos negros por nós entrevistados não tiveram acesso à educação formal, uma vez que não lhes foi dado condições para isso, daí que muitos ingressaram precocemente no mercado de trabalho.

Prosseguimos adiante no olhar pelo mundo do trabalho dos negros em nossa cidade com o intuito de mostrar a maneira como eles desvelaram suas

experiências cotidianas a partir de suas vivências nos diversos espaços trabalhistas. Inácia Freitas de Souto (2010) quando se referiu a este aspecto da sua vivência de menina afro-descendente nos mundos do trabalho, nos afirmou o seguinte:

Tinha nove anos de idade quando cheguei aqui, Campina não parecia em nada com o que é hoje, não era nem um terço do que é. Aqui no bairro do Centenário era só mato, não tinha a Avenida Floriano Peixoto, era um caminho bem estreitinho, tinha poucas casas. Tinha a *casa de pedra* que era uma casa muito bonita, não sei por que desmancharam, ela tinha *sentidos históricos*, ela era toda de pedra, era uma casa residencial. Nessa cidade eu vivia nas casas dos outros, fui criada por uma família muito boa, eles me colocaram na escola, me ensinavam as coisas, eram muito rígidos. O jovem era muito preso, a gente não tinha a liberdade como a juventude hoje tem. O meu trabalho era em casa de família, eu morava com eles e fazia tudo lá, arrumava a casa, fazia a comida (Inácia Freitas de Souto).

Observamos através dos fragmentos de falas da nossa entrevistada que o mercado de trabalho para meninas, adolescentes e mulheres negras era o espaço do recôndito privado, ou seja, elas encontravam no serviço doméstico o espaço de recepção trabalhista.

Isto se comprova a partir das evidências deixadas pela nossa depoente, ou seja, era uma prática muito comum famílias irem buscar crianças e adolescentes no interior para realizarem serviços domésticos. Podemos depreender pela fala da nossa entrevistada que essa prática era comum com meninas brancas pobres e mais ainda com meninas negras.

Notamos que apesar de tudo, nossa entrevistada nutre um sentimento de gratidão pela família que a criou, certamente pela condição de pobreza extrema da sua família de origem. E não porque sua subserviência nesse espaço trabalhista fosse motivação de regozijo, na realidade percebemos que o ingresso no trabalho doméstico no caso de D. Inácia veio pela falta de condições econômicas de seus familiares e pelo estado de pobreza a que estava condicionada.

Pobreza essa, que fazia parte da vida de muitas meninas, adolescentes e mulheres negras, não tendo acesso a uma educação escolarizada nem a outro tipo de empregabilidade no mercado de trabalho campinense.

Pensando a partir do olhar de Inácia Freitas de Souto (2010) e sua experiência de criança e adolescente, podemos identificar que a condição do

negro na sociedade campinense no recorte por nós estudado era marcada, muitas vezes, por uma exclusão social e isso fazia com que muitos meninos e meninas encontrassem na empregabilidade doméstica uma forma de sobrevivência agenciando suas vidas e suas experiências.

Continuamos a ouvir o seu relato sobre suas lembranças naquela época e a mesma afirmou que:

Existia preconceito contra os negros sim, existia; eles tinham até vergonha de trabalhar por causa da humilhação (*lágrimas*), até o modo deles (sic) se alimentar era humilhante. As pessoas tinham preconceito com negros, até mesmo os negros formados eram criticados porque eram negros. Trabalhavam no serviço pesado mesmo, aqui dentro da rua eles apanhavam lixo, botavam água nas casas, pra poder sobreviver. O povo não queria nem dar emprego a eles nas fábricas porque eles eram negros. Eles se alimentavam de feijão com xerém, cozinhavam tudo junto, as pessoas ficavam falando que pareciam porcos, eu tinha pena deles (Inácia Freitas de Souto, 2010).

Nesse fragmento de fala, podemos perceber na sutileza de sua sensibilidade feminina, sobretudo na forma com que ela, enquanto idosa, rememora acontecimentos da sua história de vida e como os negros foram recepcionados nos mundos do trabalho em Campina Grande.

Assim como ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro e muitas outras localidades, na chamada *Capital do Trabalho* não foi diferente no que concerne à condição social das pessoas negras, quer seja no mundo da cultura, quer seja nos mundos do trabalho.

A nossa entrevistada chegou às lágrimas quando questionada a respeito de suas experiências trabalhistas, questionamento esse que trouxe à tona suas lembranças e a maneira como muitos negros eram inferiorizados na sociedade campinense.

Ela reitera isso falando sobre as atitudes humilhantes às quais as pessoas negras eram submetidas, evidenciando a existência de resquícios de racismo, preconceito e discriminação, aos quais este segmento étnico-racial foi historicamente submetido.

Deste modo, percebemos através nosso estudo que os negros campinenses no pós-abolição foram inseridos em distintos mundos do trabalho, constatamos ainda a cidade se constituindo como espaço de lutas destes trabalhadores para garantirem sua sobrevivência.

Essa senhora continuou nos relatando como os negros que ela conhecia trabalhavam na cidade

Conheci diversos negros, uma negra que eu conheci carregava água na cabeça, num pote, nem lata tinha. Botava água nas casas pra viver. Alguns viviam muito mal, não tinham equipamento para carregar a água. Tinha alguns negros que tinham condições e viviam bem. Conheci uns negros que trabalhavam numa fábrica. O comércio era muito pequeno, tinha o hotel, algumas oficinas. Alguns negros trabalhavam como segurança nas pequenas lojas e o segurança do hotel também era negro (Inácia Freitas de Souto, 2010).

Assim, essas pessoas sem um trabalho bem remunerado, não tiveram condições de suprir as necessidades básicas de sua família. E essa herança indesejada foi transferida para seus filhos e para os filhos de seus filhos. Isso explicaria o fato dos negros geralmente, salvo as exceções, estarem entre as camadas mais pobres da população, como relata Severino Assis Simões (2010):

Eu conheci muitos negros que trabalhavam na construção civil. Trabalhei na rede ferroviária, aqui e acolá tinha um negro, eles trabalhavam no pesado. O negro sempre foi discriminado, né? Tudo que era de serviço pesado era entregue ao negro. Aos brancos era dado o serviço mais leve. O branco ia pra escola, o negro não ia.

Sem um salário digno, conseqüentemente sem acesso à educação, à saúde, há a perpetuação da condição de pobreza. Então inferimos que a chamada *Capital do Trabalho*, assim como muitas cidades, nem sempre ofereceu condições dignas de vida aos negros e seus descendentes, que para sobreviver tiveram que aceitar qualquer tipo de trabalho, geralmente mal pago.

Sabemos que populações negras egressas da escravidão construíram e reinventaram relações de trabalho e práticas de luta para construir sua cidadania. Percebemos claramente que houve discriminação sócio-econômica sofrida pelos negros e mulatos naquele período. Nosso entrevistado acima referido, quando interrogado acerca do lazer e se havia preconceito com os negros, responde:

Tinha um riacho e um samba aqui no bairro do Centenário, era assim que a gente se divertia, os negros também iam. Conheci uns negros que eram conhecidos como os *Verônica*. Tem uma rua da Liberdade que se chama Severino verônica, ele era construtor, trabalhei muito com ele. Trabalhavam em construção, *empeleitavam* (sic) serviço. Quando eu conheci eles, já eram homens feitos, eles estudaram, viviam bem. Naquele tempo quem tinha casa pra morar e comida, quem tinha um ordenado, viviam bem. Não existia preconceito contra os negros não, não havia nada disso (Severino Assis Simões, 2010).

Deste modo, inferimos que a chamada *Capital do Trabalho* não ofereceu condições dignas de vida aos negros. Percebe-se claramente pelas pistas e sinais deixados no decorrer do tempo, que houve discriminação sócio-econômica sofrida pelos negros e mulatos naquele período. Foram impostas aos negros as tarefas menos qualificadas e mais penosas, muitas vezes sem qualquer tipo de contrato firmado.

Apesar disso, Gurjão (2000, p. 188) enfatiza que a cidade -[...] no decorrer de sua história, Campina Grande recebeu várias denominações, graças a essa capacidade criativa e inovadora de sua gente. Assim, a cidade tornou-se conhecida como Terra dos Negócios, Terra das Oportunidades [...]□.

É notório que a maior preocupação do brasileiro em relação ao futuro é o desemprego e que essa preocupação, longe de se restringir ao Brasil, manifesta-se nos mais diversos países, sejam eles ricos ou pobres. Sabemos que o trabalho é um elemento necessário para a construção da cidadania do ser humano, aí se incluindo as pessoas negras que adotaram essa cidade para nela viver, sobreviver, trabalhar.

Negros entre o trabalho e o lar, sentidos e histórias

Neste país, assim como a nossa cidade, tem muitas africanidades e ao analisarmos a história campinense podemos reconstruir e entender o papel dos trabalhadores negros não só como mão-de-obra, mas também como sujeitos plenos da sociedade em que viveram.

A história registra que na era pré-colonial, ou seja, antes da chegada dos europeus, florescia ali uma cultura rica e variada, grandes comerciantes, reinos prósperos, com um conjunto de crenças, politicamente organizados, vida urbana, ou seja, lá havia uma civilização (M' BOKOLO, 2003, p. 113).

A abolição não lhes garantiu condições dignas de vida, de certa forma continuaram cativos de sua própria condição social: sem ter para onde ir, sem ter onde morar, em subempregos etc. Isto pode ser notabilizado quando perguntamos a Otacílio Cabral da Silva (2010) se os negros eram discriminados, se sofriam preconceito, este nos respondeu:

Naquela época tinha poucos negros, hoje tem muito. Os que tinham na cidade eram *civilizados*, eram bons, não procuravam fazer mal. Quando eu estava no Rio de Janeiro eu sofri muito nas mãos dos negros, os de

lá eram perigosos, malcriados, bravos. Mas os daqui eram uma beleza, eram diferentes dos de lá, eram pacatos, bons, não procuravam o mal de ninguém. Tinha preconceito contra eles, eles eram menos, como eu posso dizer, menos sem valor, os brancos discriminavam, apesar dos negros daqui serem negros bons. Agora não, as coisas foram progredindo, chegou ao ponto de se alguém chamar uma pessoa de negro, pode até ser processada.

Indagamos ainda como os negros trabalhavam na cidade de Campina Grande, ele prossegue lembrando que

Em 1952 eu me casei e botei uma mercearia na Rua Arrojado Lisboa, lá tinha um casal de negros que eram meus vizinhos, eram evangélicos. Não, eles não eram evangélicos não, eram falsificados pelo que fizeram comigo, eles me enganaram. Ela era uma mulher já madura, perigosa, antes de ser amigada com ele era chamada de Maria tranca-rua porque era malcriada, brava, batia nas mulheres, trancava a rua mesmo. Ela era daqui de Campina, aí o negro chegou do Rio Grande do Norte, se conheceram e foram viver maritalmente. O nome dele era Francisco Inácio Rodrigues, o apelido dele era *criança*, o nome dela só sei que era Maria, eles não tinham filhos. Ele vendia *mangaio* na rua, ele fez um galão de dois balaies, em vez de lata eram balaies. Ali ele colocava inhame, batata, macaxeira e outras coisas. Passava o dia todo vendendo, vendia tudinho. Ele vivia disso, e a morena não trabalhava não, ficava em casa, eles viviam bem, eram *controlados*. Depois ele me pediu dinheiro emprestado para comprar uma carga de inhame, estocar e ir vendendo devagar. Eu emprestei, esse negro parecia ser muito bom, trabalhador, foi aí que eles me deram o golpe de cinco mil cruzeiros. Me tomaram o dinheiro emprestado e foram embora para o Rio Grande do Norte, isso em 1954, no ano que Getúlio se suicidou (Otacílio Cabral da Silva, 2010).

Para compreender a presença dos negros nos mundo do trabalho, tentamos reconstituir nestes fragmentos as histórias dos trabalhadores negros, procurando enfatizar a maneira de ver e viver o espaço urbano, como também as suas condições de vida. Concordamos com Rocha (2010, p. 97) quando ela propõe:

[...] Afinal, o estudo de temas decorrentes da história e da cultura afro brasileira e africana não deve restringir-se à população negra, mas a todos os brasileiros que desejam uma sociedade equânime, na qual as diversidades (culturais, etnicorraciais etc.) sejam reconhecidas, com a expectativa de que as crianças e os jovens se tornem cidadãos com forte sentimento de respeito e de reconhecimento da cultura do *outro*, do *diferente*. Sem dúvida, esse é um caminho para se ampliar a cidadania brasileira.

As histórias aqui contadas são sobre pessoas negras e sobre as formas adotadas por eles para contornar as limitações enquanto lutavam para tornar-se parte da nação. Deste modo:

O trabalhador recém-liberto não viveu a experiência de ser outro. Está marcado por uma nova ordem em que a única fala, a única vontade é a do patrão. O sofrimento, o embate, a discussão são inadmissíveis. A vontade do senhor não deve ser contrariada. Discordar é desrespeitar. Não há espaço nem condições para se conviver com a diferença, contra a qual se decreta o silêncio. Essa é a prática dos patrões (MONTENEGRO, 1988, p. 68).

Quanto à questão do negro no mercado de trabalho, é sabido que havia falta de ações sociais para com a população negra associada a uma profunda reticência por parte da classe média em geral em aceitá-la em empregos formais de melhores salários. Os negros pertencentes à classe operária, em geral, organizavam-se em associações, muitas vezes informais, com o objetivo de manifestar a sua cultura por meio da música, promovendo bailes, festas e encontros com seus companheiros de cor. Muitas dessas associações deram origem aos grupos carnavalescos e, mais tarde, às escolas de samba.

Dessa maneira, os africanos e seus descendentes, escravos e libertos, apesar dos obstáculos enfrentados no interior de uma sociedade ainda marcada pela escravidão, na qual os indivíduos eram distinguidos pela cor da pele, condição social e origem étnica, conseguiram sobreviver e, sobretudo, lutaram por melhores condições de vida, construíram espaços para afirmação de solidariedade e para a manifestação da sua cultura e visões de mundo.

De acordo com Benjamim (2004), a situação da maioria dos negros ainda é muito semelhante àquela do dia 13 de maio de 1888. Não lhes sendo assegurado o acesso à terra, nem assistência social ou econômica. Essas pessoas constituem a maioria dos brasileiros que não têm educação formal e daqueles que não são nem sequer alfabetizados, não dispendo de formação técnico-profissional que lhes permita ascender socialmente. São cidadãos brasileiros, do ponto de vista político e têm direito ao voto.

Das muitas histórias existentes, apresentamos apenas alguns fragmentos, ainda há muito a ser desvendado para mostrar as experiências de vida desses trabalhadores e como no cotidiano eles conseguiram através das suas práticas, suas lutas, subverter preconceitos construídos histórica e socialmente para eles.

4 CONCLUSÃO

Percebemos através de nosso estudo que os negros campinenses no pós-abolição a partir do período proposto para estudo foram inseridos em distintos mundos do trabalho. Daí a relevância de notabilizar a luta destes trabalhadores no cotidiano da história.

Trouxemos à tona com este trabalho situações que estão presentes na nossa realidade, mas muitas vezes estão esquecidas, como dar vozes a idosos negros para conhecermos seus agenciamentos nos mundos do trabalho.

A fase pós-abolição não foi uma época em que brancos e negros tinham oportunidades iguais, mas ao contrário, havia toda uma preocupação em garantir que eles continuassem em condições desiguais no mercado de trabalho. Diante desse aspecto, ao analisarmos a história dos trabalhadores negros, percebemos suas lutas, resistências e capacidade de superação de realidades, ambientes e trabalhos, muitas vezes adversos.

Na cena cultural brasileira de hoje, em relação a trabalho, observa-se ainda que muitos homens e mulheres negros não obtêm postos de trabalho importantes, contando-se nos dedos aqueles que conseguem galgar cargos. É necessário refletirmos sobre a condição na qual os africanos e seus descendentes estavam expostos na *Diáspora*, violados nos seus direitos sociais e humanos.

Realmente, a abolição não veio acompanhada de ações que permitissem o acesso dos negros à educação, ao trabalho e à terra. O que se pode fazer para amenizar esta situação? Faz-se necessário urgentemente a desconstrução do mito propalado pelo europeu em relação ao africano, desfazendo equívocos no que diz respeito à África e sua gente, desconstruindo mitos, preconceitos e estereótipos historicamente elaborados para a permanência da visão negativa para negros africanos e sua cultura, bem como negros e seus descendentes.

Os negros estão associados a trabalhos menos qualificados, ocupando principalmente posições menores em setores de menor *status* social. Há exceções, mas, infelizmente não é a regra. Além dos negros que ficaram marginalizados, houve aqueles que também ascenderam social e culturalmente, destacando-se em profissões de prestígio, sendo reconhecidos em ambientes letrados e respeitados pelos mais diferentes extratos da sociedade.

Das muitas histórias existentes, essas são apenas algumas em que trabalhadores negros, surgem como sujeitos históricos que construíram uma lógica de sobrevivência e que nos permitem vislumbrar as diferentes atuações desses homens e mulheres nos espaços de trabalho ocupados por eles.

Essa discussão é válida, pois é direito das populações negras e não negras conhecerem e se orgulharem de suas origens, isto é, serem educadas como cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial.

Devemos colocar em prática comportamentos e posturas que possibilitem viver numa sociedade democrática, aprendendo a ver o outro, colocando-se no lugar do outro. Também aprender a valorizar pessoas, povos e nações, num combate permanente às idéias preconceituosas, às ações discriminatórias, às manifestações racistas. A história do afro-descendente no nosso país foi constituída de suor, lágrimas e sangue.

Todavia, se os espaços forem igualmente distribuídos, se os vestígios do preconceito forem extintos, se os homens forem valorizados pela sua capacidade, pelos sentimentos que levam no coração e nunca pela cor da pele, aí estaremos prontos para vivenciar a verdadeira igualdade.

Felizmente, está havendo no mundo, principalmente no meio acadêmico, uma efervescente discussão sobre as relações raciais pós-abolição, procurando mudar o quadro de preconceito e discriminação, que adquiriram novas funções e significados dentro da nova estrutura social.

Estabelecemos, assim, um breve diálogo inicial para abrir caminhos mais amplos. Percebemos através dos relatos que a trajetória de negros para se inserirem no mundo trabalho foi longa e difícil. A história dos trabalhadores negros em Campina Grande é mais complexa, multifacetada, contraditória e rica de fatos, cenários, personagens e contextos do que se imagina.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes Orais**. Histórias dentro da História. In: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: EDUSC, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho** (*Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*). Ed. Boitempo, São Paulo, 2004.
- _____. **Século XXI: Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.
- ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: Tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Campina Grande: EDUFPG, 2006.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **A ciranda da política campinense: 1945/1964**. In: Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. GURJÃO, E. Q. (Org.). Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BENJAMIM, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós**: história e cultura afro-brasileira. João Pessoa: Editora Grafset, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembrança dos Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella. **Cidade e história**. IN: Cidade: História e Desafios. OLIVEIRA, L. L. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens.** Campina Grande: UFCG, 2009.

CASTRO, Hebe. **História social.** In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na cidade do Rio.** In: Escravidão. Revista Brasileira de História – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988/agosto de 1988.

_____. **O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais.** Texto produzido a partir da palestra proferida no TRT 4ª Região. Rio Grande do Sul, 03 de junho de 2005.

DE LUCA Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: Fontes Históricas. PINSKY, C. B. (Org.). São Paulo: Contexto, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma História Não Contada - negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo: Editora SENAC, 2003.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luigi. **Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho.** Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova.** In: Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina grande/Secretaria de Educação, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história,** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOBBSAWM, E. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. **Educação e trabalho na perspectiva dos sujeitos sociais**. In: Educação e o Mundo do trabalho. Boletim 17, setembro 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da Rainha da Borborema**: uma História Social da Escravidão em Campina Grande – Século XIX. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

_____. **“Nações” africanas no agreste da Borborema no século XIX**. In: População negra na Paraíba: Educação, História e Política. ROCHA, S. P; FONSECA, I. S. (Orgs.). Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

LOPES, Fátima Faleiros. **A cidade e a produção de conhecimentos histórico-educacionais**: aproximações entre a Campina moderna de José de Castro Mendes e a Barcelona modelo. Tese (doutorado). São Paulo: UNICAMP, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

M' BOKOLO, Elikia. **África Negra**: História e Civilizações. Tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Editora Vulgata, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Abolição**. São Paulo: Editora Ática, 1988. Série Princípios.

PIMENTEL, Cristino. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Edições Caravela, 2001.

RAMINELLI, Ronald. **História urbana**. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REZENDE, Antônio Paulo. **Educação escolar: vivendo e convivendo na cidade.** Disponível em: www.recife.pe.gov.br/seceducação. Acesso em: 07/10/2011 às 09h44min.

ROCHA, Solange Pereira da. **Fragments de histórias, fragmentos de vidas: múltiplas experiências de ser negro/a na zona da Mata da Paraíba escravista.** In: População negra na Paraíba: Educação, História e Política. ROCHA, S. P; FONSECA, I. S. (Orgs.). Campina Grande: EDUFPG, 2010.

SANTOS, Andréa Paula dos. **Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho.** Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa – Brasil, 2005.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O embate dos negros no Brasil: educação contra o preconceito e a desigualdade.** In: População negra na Paraíba: Educação, História e Política. ROCHA, S. P; FONSECA, I. S. (Orgs.). Campina Grande: EDUFPG, 2010.

SOUSA, Fábio Gutemberg R.B. **Territórios de confrontos: Campina Grande (1920-1945).** Campina Grande: EDUFPG, 2006.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Palavras também constroem cidades.** In: Lazer Permitted, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de doutorado História, Recife (UFPE), 2002.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária I.** Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APÊNDICE (S)**APÊNDICE A — Lista de entrevistados**

1. Nome: Severino Assis Simões

Idade: 97 anos

Escolaridade: Analfabeto (só assina o nome)

Naturalidade: São João do Cariri

Residência: Campina Grande

Profissão: Pedreiro

2. Nome: Antônia Francisca de Souza

Idade: 84 anos

Escolaridade: Semi-analfabeta

Naturalidade: Umbuzeiro

Residência: Campina Grande

Profissão: Agricultora/tecelã

3. Nome: Inácia Freitas Souto

Idade: 85 anos

Escolaridade: Antigo Ensino Primário e Curso de Enfermagem

Naturalidade: Soledade

Residência: Campina Grande

Profissão: Enfermeira/comerciante

4. Nome: Otacílio Cabral da Silva

Idade: 85 anos

Escolaridade: Analfabeto

Naturalidade: Itabaiana

Residência: Campina Grande

Profissão: Comerciante

5. Nome: Amilton de França

Idade: 63 anos

Escolaridade: Mestre em Sociologia

Naturalidade: Campina Grande

Residência: Campina Grande

Profissão: Advogado e Professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba

6. Nome: José Pontes da Silva

Idade: 95 anos

Escolaridade: Antigo Ensino Primário

Naturalidade: Alagoa Grande

Residência: Campina Grande

Profissão: Pedreiro/motorista

APÊNDICE B — Perguntas feitas aos entrevistados

NOME:

IDADE:

ESCOLARIDADE:

NATURALIDADE:

RESIDÊNCIA:

PROFISSÃO:

1. Como era Campina Grande durante a sua juventude?
2. Como foi sua juventude vivendo nesta cidade?
3. Que tipo de trabalho você desempenhou neste período e quais as dificuldades que enfrentou?
4. Alguma vez nos trabalhos que exerceu você foi discriminado/a ou sofreu algum preconceito?
5. Como era trabalhar numa cidade em Campina Grande?
6. Você ajudava a sua família através de seu trabalho?
7. Como era o seu dia a dia no trabalho?
8. Quando não estava trabalhando que tipo de atividade realizava?
9. Você freqüentou a escola neste período? Por quê?
10. Você tinha algum tipo de lazer? Qual o lugar aonde ia?
11. Fale sobre os negros que você conheceu no período de 1940 a 1960.
12. Você percebeu algum tipo de preconceito ou discriminação em relação aos negros?
13. Você recorda como os negros se divertiam e qual o lazer deles naquela época?

ANEXO (S) – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE